

EUROPEAN PARLIAMENTARY WEEK 2021

22 DE FEVEREIRO
DE 2021

EUROPEAN PARLIAMENT,
BRUSSELS



EU ECONOMIC GOVERNANCE FROM A PARLIAMENTARY PERSPECTIVE

COORGANIZADA PELO:
Parlamento Europeu
e pelo Parlamento português

**NOTA
INFORMATIVA**

European Parliament
National Parliaments

Conferência do Semestre Europeu - Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governança Económica na UE

Monday

22 de fevereiro de 2021

Sessão plenária

Sessão de abertura: Investir na nossa resiliência climática, social e económica: quais são as principais prioridades políticas?

Painel de discussão: A preparação dos planos de recuperação e resiliência nacionais: qual é o ponto da situação?

O [Regulamento](#) que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) e pelo Conselho, está no cerne do [Plano de Recuperação da União Europeia](#), um vasto pacote de iniciativas destinadas a dar resposta aos apelos do [Parlamento Europeu](#) e do [Conselho Europeu](#) no sentido de uma ação coordenada e decisiva a nível da UE para atenuar as consequências negativas da crise da COVID-19. O Regulamento que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência associa o mecanismo aos objetivos climáticos e da política económica e social da UE, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas.

Para financiar a recuperação, foi acordado um novo instrumento, o [Instrumento de Recuperação](#) da União Europeia (Instrumento de Recuperação). As obrigações emitidas ao abrigo do Instrumento de Recuperação financiarão o Mecanismo de Recuperação e Resiliência logo que os Estados-Membros tiverem ratificado a alteração à decisão relativa ao limite máximo dos recursos próprios. No âmbito do acordo sobre o plano de recuperação, foi adotado um [roteiro](#) para a introdução de novos recursos próprios da UE.

O mecanismo prevê o desembolso de fundos da UE aos Estados-Membros através de subvenções e empréstimos, logo que os pacotes de reformas e de investimento apresentados nos seus planos de recuperação e resiliência sejam aprovados e após o cumprimento das metas e dos objetivos intermédios acordados; está previsto pré-financiamento logo que os planos tenham sido aprovados. Essas reformas e esses investimentos destinam-se a apoiar a recuperação económica, corrigir as fragilidades estruturais dos Estados-Membros e tornar as suas economias mais resilientes. Os planos deverão centrar-se em seis pilares:

- a. transição ecológica;
- b. transformação digital;
- c. crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, e um mercado único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas sólidas;
- d. coesão social e territorial;
- e. saúde e resiliência económica, social e institucional; e
- f. políticas para a próxima geração, as crianças e os jovens, designadamente a educação e as competências.

O mecanismo deve apoiar projetos que respeitem o princípio da adicionalidade do financiamento da União e não deve substituir as despesas nacionais recorrentes, salvo em casos devidamente justificados.

A Comissão apresentou a afetação prevista de fundos dos diferentes pilares do instrumento Next Generation EU, incluindo a repartição das subvenções concedidas a cada Estado-Membro a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A Comissão declarou ainda que não proporá recomendações específicas em 2021 aos Estados-Membros que apresentem um plano, exceto no que diz respeito a questões orçamentais – como exigido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento – e terá em conta a cláusula de derrogação de âmbito geral.

Os Estados-Membros estão atualmente a preparar e debater os seus planos de recuperação e resiliência de acordo com os objetivos do Regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência e as [orientações pertinentes a nível da UE](#). A conceção desses planos pode beneficiar da participação das partes interessadas nacionais relevantes e deverá dar resposta aos desafios identificados no Semestre Europeu, em especial [as recomendações específicas por país adotadas pelo Conselho](#). Os planos deverão ser apresentados ao nível da UE até 30 de abril e podem ser apresentados num único documento integrado juntamente com o programa nacional de reformas.

Comissão dos Orçamentos (BUDG)

No que diz respeito à situação atual da participação dos parlamentos nacionais na conceção e avaliação dos planos de recuperação e resiliência, as informações disponíveis revelam abordagens mistas e diferentes graus de participação parlamentar na fase preparatória. Muitos parlamentos podem não estar formalmente habilitados a aprovar os planos de recuperação e resiliência, mas a grande maioria mostrou interesse em debater os planos (e deu início aos procedimentos para este fim), quer em sessão plenária, quer em comissões específicas. Em muitos casos, os debates sobre os planos de recuperação e resiliência fazem parte da obrigação que cabe aos governos de manterem os parlamentos plenamente informados dos assuntos europeus. Alguns parlamentos elaboraram procedimentos específicos para avaliar os planos de recuperação e resiliência. Assinale-se ainda que determinados parlamentos já receberam (e debateram) informações preliminares dos seus executivos. Vários parlamentos tencionam debater os planos de recuperação e resiliência em conjunto com os orçamentos nacionais, os programas nacionais de estabilidade e convergência, os programas nacionais de reformas ou outros instrumentos com implicações orçamentais. Alguns parlamentos já previram ações específicas sob a forma de resoluções, pareceres ou aprovação de projetos de lei. Refira-se que alguns parlamentos receberam informações dos seus executivos antes de qualquer aprovação formal dos projetos de planos em fase de preparação.

O [35.º relatório bianual da COSAC](#), que deverá ser apresentado em maio de 2021, incluirá um capítulo específico dedicado ao tema «*Next Generation EU: escrutínio dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência – implicações no Semestre Europeu*». Será dada especial ênfase à possível participação de parlamentos/câmaras nacionais no processo, bem como à análise de potenciais boas práticas em matéria de governação futura e ao acompanhamento da sua aplicação no âmbito do Semestre Europeu.

Tema: O orçamento da UE no centro do Plano de Recuperação. Next Generation EU, Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e Recursos Próprios: novas intersecções entre as competências do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais?

Tradicionalmente, o orçamento da UE tem sido essencialmente centrado nas despesas, estritamente limitado pelos limites máximos do quadro financeiro plurianual (QFP). Com um volume anual de cerca de 150 mil milhões de EUR (equivalente a 1 % do rendimento nacional bruto da UE – RNB), o seu valor acrescentado assenta na utilização eficiente dos fundos disponíveis e na sua capacidade para alavancar o cofinanciamento nacional público e privado.

Do mesmo modo, o lado das receitas tem sido dominado pelos recursos próprios baseados no RNB, ou seja, as contribuições nacionais dos Estados-Membros.

A arquitetura do Plano de Recuperação da UE implica uma mudança radical das funções e do potencial impacto do orçamento da UE:

- O [instrumento Next Generation EU](#) dota o orçamento da UE de meios adicionais – embora temporários – para despesas e viabiliza um âmbito mais vasto de intervenção, incluindo a capacidade de reação a situações de crise. A capacidade financeira coletiva visa criar sinergias através do alinhamento dos esforços empreendidos no âmbito da recuperação económica, das reformas nacionais e dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da Agenda 2030.
- O efeito de alavanca dos investimentos privados será amplamente reforçado pelas garantias da UE e pelo provisionamento de fundos de garantia, nomeadamente em cooperação com o BEI, de acordo com os princípios de financiamento sustentável.
- A margem de manobra suplementar dentro do limite máximo dos recursos próprios – na pendência da ratificação da [Decisão Recursos Próprios](#) por todos os Estados-Membros da UE – permitirá à UE emitir obrigações e contrair empréstimos em montantes sem precedentes. A excelente qualidade creditícia da UE pode, por conseguinte, ser benéfica para os esforços conjuntos desenvolvidos no âmbito do Plano de Recuperação da UE.
- De acordo com o [Acordo Interinstitucional](#) recentemente adotado, o reembolso a longo prazo da dívida contraída deve ser refinanciado

principalmente por receitas provenientes de novos recursos próprios da UE. Tal evitaria graves «riscos de evicção» abaixo dos limites máximos do QFP ou um aumento súbito das contribuições nacionais adicionais.

Algumas perguntas-chave para os participantes:

- *Qual seria a melhor «divisão do trabalho» entre as finanças públicas nacionais e o orçamento da UE para fazer face ao duplo desafio de apoiar a recuperação económica e mesmo tempo impulsionar as transições digital e ecológica?*
- *Como podem os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu (e, em especial, as respetivas comissões orçamentais) reforçar o controlo, a legitimidade e a responsabilização dos diferentes elementos constitutivos do Plano de Recuperação da UE? Quais são os respetivos papéis e como podem complementar-se e entreajudar-se no processo?*
- *Quais seriam as medidas mais eficazes para efetuar progressos no roteiro da UE relativo a novos recursos próprios?*

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

Tema: Resiliência e recuperação da crise decorrente da COVID-19: prioridades económicas e orçamentais para o investimento e as reformas

O Plano de Recuperação da União Europeia é o pacote mais vasto de estímulo orçamental e de investimento da UE e constitui uma resposta conjunta sem precedentes da UE à crise sanitária, económica e social causada pela pandemia de COVID-19. O êxito do Plano de Recuperação dependerá, em grande medida, da utilização responsável e eficiente dos fundos da UE.

- 1.** combater os danos económicos e sociais causados pela pandemia;
- 2.** orientar os investimentos e as reformas para transições ecológicas e digitais justas e políticas em prol da próxima geração; e
- 3.** promover a convergência e reforçar a resiliência e o grau de preparação para situações de crise, combatendo simultaneamente os desequilíbrios internos.

Os planos de recuperação e resiliência nacionais deverão ser coerentes com as prioridades e os desafios específicos [por país identificados no contexto do Semestre Europeu, bem como com os desafios e as prioridades identificadas na mais recente recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro para os Estados-Membros cuja moeda é o euro.](#)

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência representa uma oportunidade e um desafio para os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, nomeadamente no que diz respeito às decisões em matéria de despesas e à governação. Os parlamentos nacionais desempenham um papel importante na conceção das opções políticas e no controlo da sua execução, ao passo que o Parlamento Europeu terá um papel decisivo no controlo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Algumas perguntas-chave para os participantes:

- *Que papel e oportunidades descortina tanto para o Parlamento Europeu como para os parlamentos nacionais no contexto do Mecanismo de Recuperação e Resiliência? Que estratégias, mecanismos políticos e enquadramento institucional estão previstos para avaliar as opções políticas e assegurar o controlo parlamentar da execução dos planos de recuperação e resiliência?*
- *Qual a melhor forma de assegurar a coerência entre os planos de recuperação e resiliência e os programas nacionais de reformas no âmbito do Semestre Europeu de 2021?*
- *Como assegurar que os fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência sejam utilizados de forma justa e eficiente, em conformidade com os objetivos da transição ecológica e digital justa, e se centrem na convergência e na resiliência para reduzir os desequilíbrios macroeconómicos?*
- *Como associar os órgãos de poder local e regional, os parceiros sociais, as organizações da sociedade civil, as organizações de jovens e outras partes interessadas pertinentes à conceção ou análise dos planos de recuperação e resiliência nacionais?*

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL)

Tema: Reforço e aplicação da dimensão social: como integrar o Pilar dos Direitos Sociais nos planos de recuperação e resiliência?

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão proclamaram o [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) na [Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento](#), realizada em Gotemburgo, na Suécia, em 17 de novembro de 2017. O Pilar estabelece [20 princípios](#) e direitos fundamentais para apoiar mercados de trabalho justos e eficientes, estruturados em torno de três capítulos:

- [igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho](#),
- [condições de trabalho equitativas](#),
- [proteção social e inclusão](#).

O Pilar é o primeiro conjunto de direitos sociais proclamados pelas instituições da UE desde a [Carta dos Direitos Fundamentais](#), em 2000.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais prevê duas linhas de atuação principais: modernizar a legislação existente para a adaptar à realidade do mundo do trabalho e aos modelos sociais e desenvolver parâmetros de referência sociais e no plano do emprego, a fim de promover uma convergência ascendente na área do euro e, eventualmente, além dela.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou, no seu [discurso](#) perante o Parlamento, em julho de 2019, o seu empenho a favor do Pilar. Nas suas [orientações políticas](#), a Presidente da Comissão anunciou igualmente medidas adicionais para aplicar os princípios e os direitos.

Embora a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais seja principalmente da competência dos Estados-Membros – incluindo os parceiros sociais e a sociedade civil – as instituições da União Europeia e, em particular, a Comissão Europeia podem contribuir para definir o respetivo enquadramento e dar orientações.

Tal como definido na [Agenda Estratégica 2019-2024 do Conselho Europeu](#), o Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve ser aplicado a nível da UE e dos Estados-Membros, tendo devidamente em conta as respetivas competências. As desigualdades, que afetam, em especial, os jovens, comportam um importante risco político, social e económico; as clivagens geracionais, territoriais e no plano da educação estão a acentuar-se e estão a surgir novas formas de exclusão.

A Comissão deverá apresentar o plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais em março de 2021.

Pode também ser salientada a importância da dimensão

social, tal como prevista no [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#). O âmbito de aplicação do regulamento faz referência a seis prioridades europeias estruturadas em pilares, duas das quais se revestem de especial interesse para o domínio do emprego e dos assuntos sociais:

- a coesão social e territorial, tendo em conta os objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- políticas para o instrumento «Next Generation EU», tendo em conta os objetivos da [Agenda de Competências para a Europa](#), da [Garantia para a Juventude](#) e da [Garantia para a Infância](#).

Algumas perguntas-chave para os participantes:

- *No contexto do novo contexto político e da crise da COVID-19, é necessário atualizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em particular no que diz respeito ao trabalho e aos direitos na era digital (trabalho em plataformas digitais, teletrabalho e direito a desligar)?*
- *Muitos cidadãos estão a atravessar um período de dificuldades devido à crise da COVID-19. Trata-se, nomeadamente, de pessoas que perderam o emprego e que se encontram numa situação abaixo do limiar de pobreza, de mulheres que necessitam de ajuda ou de abrigo devido ao aumento da violência doméstica durante o confinamento e de pessoas que necessitam de assistência médica. Muitas organizações não governamentais e associações com fins caritativos que ajudam estas pessoas perderam os seus financiamentos privados e necessitam de apoio financeiro do Estado. De que forma o plano de recuperação da UE e os planos de recuperação e resiliência podem apoiar as pessoas mais vulneráveis da sociedade? Qual o papel das organizações não governamentais e das associações caritativas?*
- *Num contexto de crescente polarização do emprego, de que forma o Mecanismo de Recuperação e Resiliência pode ser mobilizado para atividades de requalificação/melhoria de competências, bem como para incentivar a realização de reformas que permitam aumentar a atratividade e a eficácia do mercado de trabalho para os jovens?*
- *De que forma podemos garantir redes sociais eficazes e políticas de melhoria das competências/requalificação dos trabalhadores afetados pela transição ecológica?*

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI)

Tema: O plano de recuperação e resiliência: sinergias entre o Pacto Ecológico Europeu e a via para construir uma União Europeia da Saúde mais resiliente

O [Pacto Ecológico](#) coloca a sustentabilidade no centro da elaboração das políticas económicas da UE. Uma vez que a UE continua a pugnar por «uma economia que funcione para os cidadãos e o planeta», lutando simultaneamente contra uma pandemia, é hoje mais importante do que nunca que o conceito de crescimento sustentável seja utilizado como princípio orientador dos planos de recuperação e resiliência. De facto, a promoção de sinergias entre os pilares da sustentabilidade climática e ambiental, da produtividade, da equidade e da resiliência será fundamental para garantir uma recuperação sólida da Europa, permitindo assim acelerar a transição ecológica e atingir os objetivos do Pacto Ecológico. Outros instrumentos, como o [InvestUE](#) e as medidas enquadradas pelo Plano de Investimento para uma Europa Sustentável, podem ajudar a União Europeia a desempenhar um papel catalisador para os investimentos verdes públicos e privados.

O Pacto Ecológico e o objetivo de uma União neutra em termos de carbono até 2050 podem também constituir uma oportunidade única para uma União mais forte. Este Pacto dará orientações aos Estados-Membros nos domínios em que as reformas e os investimentos sejam mais necessários, reforçando e acelerando a transição para uma União mais sustentável, resiliente e inclusiva. Além disso, o Semestre Europeu desempenha um papel fundamental para ajudar os Estados-Membros a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Muitas políticas podem apoiar a reconstrução da economia europeia e a consecução do objetivo de neutralidade climática da União até 2050, bem como a ambição de poluição zero, como as energias renováveis, a eficiência energética, a renovação, a mobilidade sustentável, a economia circular e as estratégias a favor da biodiversidade.

Embora a UE e os seus Estados-Membros trabalhem arduamente para reconstruir uma economia mais ecológica, mais justa e mais sustentável, podem surgir desafios imprevistos. A proteção da saúde dos cidadãos da UE, nomeadamente prevenindo e combatendo futuras pandemias e melhorando a resiliência dos sistemas de saúde europeus, não constitui um objetivo autónomo, articulando-se de forma profunda com as agendas da União em matéria de clima e ambiente, pelo que assume também importância fundamental para garantir que a União atinja os objetivos constantes do Pacto Ecológico.

Algumas perguntas-chave para os participantes:

- *A crise pandémica que enfrentamos pode ser um catalisador para uma reconstrução mais ecológica das nossas economias? De que forma os parlamentares podem contribuir de forma mais adequada para alinhar os planos de recuperação dos Estados-Membros com uma recuperação e um crescimento sustentáveis, em especial tendo em vista o objetivo de neutralidade climática até 2050?*
- *De que forma os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu (e, em particular, as respetivas comissões do ambiente e da saúde) podem reforçar o controlo, a legitimidade e a responsabilização para garantir que a recuperação da UE esteja em consonância com a consecução dos objetivos gerais do Pacto Ecológico?*
- *Que medidas prioritárias devem ser tomadas para assegurar que as prioridades do Semestre Europeu tenham em conta os objetivos do Pacto Ecológico e o contributo europeu para as metas dos ODS? Poderá a partilha de boas práticas desempenhar um papel na realização de um Semestre Europeu mais ecológico?*